PLANO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS (PRGR)

2025-2029

LOCAL – Porto/Marina xxxx

Coordenadas GPS (XXXX;-XXXX)

Nome da entidade Gestora

|  |
| --- |
| *Fotografia capa* |

O presente documento serve de modelo à aplicação do nº 3 do artigo 9º do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro.

Instruções de preenchimento: Deverá ser validada a informação constante no presente documento e preenchidos os locais indicados a marcador cinza de acordo com a legislação em vigor e as características de cada porto. As indicações em rodapé servem de indicação complementar à informação requerida em cada marcador cinza

Índice

[**1. Âmbito de aplicação e enquadramento legal** 3](#_Toc202279640)

[**2. Legislação aplicável em vigor (ano)** 3](#_Toc202279641)

[**3. Responsabilidades, autoridades e competências (contactos)** 4](#_Toc202279642)

[**4. Caracterização do porto e das embarcações** 4](#_Toc202279643)

[**5. Meios portuários de receção de resíduos e estimativa de resíduos gerados no porto/cais** 6](#_Toc202279644)

[5.1 – Meios de receção e quantidades anuais por tipologia de resíduos 6](#_Toc202279645)

[**6. Procedimentos operacionais e gestão de resíduos** 9](#_Toc202279646)

[6.1 - Procedimento de entrega de resíduos e notificação prévia de resíduos 9](#_Toc202279647)

[6.3 Triagem, pré-tratamento e armazenamento temporário 10](#_Toc202279648)

[6.4 Resíduos pescados passivamente e artes de pesca em fim de vida / unidades de densificação, ou equivalente, disponíveis no porto (aplicável a portos com atividade de pesca) 10](#_Toc202279649)

[6.5 Procedimento de recolha de resíduos em coluna de água por queda acidental 11](#_Toc202279650)

[6.6 Destino final dos resíduos 11](#_Toc202279651)

[6.7 Insuficiências de meios portuários 11](#_Toc202279652)

[**7. Regime de taxas** 12](#_Toc202279653)

[7.1 Taxas e local de consulta. 12](#_Toc202279654)

[**8. Plano de monitorização** **da bacia portuária (Anexo A)** 12](#_Toc202279655)

[**9. Formação e sensibilização** 13](#_Toc202279656)

[**10. Disponibilização de informação** 13](#_Toc202279657)

[**11. Documentação e rastreabilidade (registos)** 14](#_Toc202279658)

[11.7.1. Registo de recolha de resíduos (MARPOL) 14](#_Toc202279659)

[11.7.2. Registo de resíduos pescados passivamente e envio de dados à DGRM 14](#_Toc202279660)

[11.7.3. Registo de ações de acordo com o Plano de Monitorização da Bacia Portuária 14](#_Toc202279661)

[11.7.3. Registo das ações de formação e campanhas 14](#_Toc202279662)

[**12. Ações de fiscalização / entidades competentes** 15](#_Toc202279663)

[**ANEXO A (Plano de Monitorização da Bacia Portuária)** 16](#_Toc202279664)

[ANEXO I - Modelo de declaração de insuficiências nos meios portuários de receção 18](#_Toc202279665)

[ANEXO III - Informações a notificar antes da entrada no porto 23](#_Toc202279666)

[ANEXO IV - Modelo do certificado de receção de resíduos 25](#_Toc202279667)

# **1. Âmbito de aplicação e enquadramento legal**

A entidade gestora XXXXXX pessoa coletiva XXXXXX, com sede na XXXXXX, vem, em cumprimento do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro, nomeadamente do seu art.º 9, remeter para aprovação o “Plano de Receção e Gestão de Resíduos” para o porto XXXXXX conforme especificado no anexo II.

A aplicação do Diploma tem como principal objetivo o aumento da proteção do meio marinho e regula a instalação e utilização de meios portuários de receção de resíduos provenientes de navios que escalem portos nacionais, de modo a:

• aumentar a proteção do meio marinho contra os efeitos negativos das descargas de resíduos no mar;

• melhorar a disponibilidade e utilização de meios portuários de receção adequados e a entrega de resíduos nesses meios e implementar medidas de controlo, monitorização e redução do lixo marinho.

Neste âmbito e de acordo com o artigo 9º do referido Decreto-Lei, os portos mantêm a obrigação de elaborar, e submeter à aprovação da entidade competente, o respetivo plano de receção e gestão de resíduos, garantindo a respetiva recolha e encaminhamento para valorização ou eliminação, tal como disposto no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), Decreto-Lei nº 102-D/2020, de 10 de dezembro.

# **2. Legislação aplicável em vigor (ano[[1]](#footnote-1))**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Descritor | Diploma Legal | Âmbito |
| Resíduos – Navios | Decreto-Lei nº 102/2020, de 9 de dezembro | Transpõe a Diretiva (UE) 2019/883, relativa aos meios portuários de receção de resíduos provenientes dos navios, tendo em vista uma maior proteção do meio marinho. Obriga a elaboração do PRGR e à gestão dos resíduos de navios. |
| Resíduos – Geral (RGGR) | Decreto-Lei nº 102-D/2020, de 10 de dezembro | Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852. Obriga ao registo no SIRER e à Declaração anual de resíduos, bem como à gestão dos resíduos portuários. |
| Lista Europeia de Resíduos (LER) | Decisão 2014/955/UE da Comissão, de 18 de dezembro | Altera e atualiza a Lista Europeia de Resíduos |
| MARPOL 73/78 | Decreto do Governo nº 25/87, de 10 de julho, com emendas pelos Decretos: 6/2006 relativo a esgotos sanitários dos navios, e Decreto-Lei nº 1/2008 relativo a regras para a prevenção da poluição atmosférica | Aprova para adesão o Protocolo de 1987 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, feito em Londres em 17 de fevereiro de 1978. |
| MARPOL 73/78 | Resolução MEPC.295(71), de 7 de julho de 2017 | Guia para implementação do anexo V da MARPOL |
| Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho, para o período 2024 a 2028 (PALM 2028) | Resolução de Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro | Prevê a adoção de medidas de combate ao lixo marinho. |
| (……)[[2]](#footnote-2) |  |  |

# **3. Responsabilidades, autoridades e competências (contactos)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Âmbito** | **Responsável** | **e-mail** | **Contacto telefónico** |
| PRGR (implementação) | XXXXX | contacto | número |
| PRGR (acompanhamento  /cumprimento) | XXXXX | contacto | número |
| Documentação/Registos | XXXXX |  |  |
| Autoridade Nacional – Implementação  DL 102/2020 de 9 dezembro | DGRM | prf@dgrm.pt | (+351) 213 035 700 |

# **4. Caracterização do porto e das embarcações**

A XXXXXXX (nome) detém uma concessão, por um período de XXX anos, para o porto de XXX, localizado XXXXX na área da jurisdição da Administração do Porto de XXXX sito na Rua/Av XXXX, freguesia XXXXX, Concelho de XXXX (figura 1).

|  |
| --- |
|  |

Figura - Localização do Porto (Porto de XXXX); Fonte: XXXX

Indicação das coordenadas geográficas do cais XX

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Coordenadas** | |
| **Local** | **Latitude** | **Longitude** |
| 1 | XX,XXXXX | -X,XXXX |

Atualmente o porto tem XXXX (número) de lugares para embarcações de recreio, XXXX (número) de lugares para embarcações de pesca e recebe embarcações com comprimentos entre XX e XXX metros. As embarcações que normalmente frequentam o porto são utilizadas para atividades de lazer, desportos náuticos, pesca desportiva, pesca de recreio ou outras[[3]](#footnote-3).

|  |
| --- |
|  |

Figura – área do porto e respetivas subdivisões (Porto de XXXX); Fonte: XXXX

# **5. Meios portuários de receção de resíduos e estimativa de resíduos gerados no porto/cais**

### 5.1 – Meios de receção e quantidades anuais por tipologia de resíduos

Os contentores disponíveis são dimensionados para as necessidades previsíveis das embarcações que utilizam o porto e são geridos de acordo com as normas nacionais e europeias. São no que respeita a RSU recolhidos pela Câmara Municipal de XXXX sendo os resíduos perigosos encaminhados para operador licenciado[[4]](#footnote-4)

Os contentores propriedade da Câmara Municipal/Operador de gestão de resíduos encontram-se nas instalações XXXXX com a respetiva sinalização (por tipologia de resíduos) e colocados em áreas acessíveis para os utilizadores do navio.

Os meios disponíveis em porto para a receção de resíduos perigosos (óleos, baterias, etc.), encontram-se colocados sobre pavimento impermeabilizado e dotados de cobertura e bacia de retenção.

*São colocados junto[[5]](#footnote-5):*

*- Ponte* *flutuante:* Indicar tipo de contentor existente, quantidade e tipologia de resíduo que recolhe e fixação de forma a prevenir eventual queda para espelho de água.

- Entrada principal do edifício: indicar tipo de contentor existente, quantidade e tipologia de resíduo que recolhe e fixação de forma a prevenir eventual queda para espelho de água.

*- zona de estacionamento em seco: –* traseiras do edifício (Indicar tipo de contentor existente, quantidade e tipologia de resíduo que recolhe e zona de proteção).

- Junto à grua: Indicar tipo de contentor existente, quantidade e tipologia de resíduo que recolhe e fixação de forma a prevenir eventual queda para espelho de água.

- Zona de pesca: indicar tipo de contentor existente, quantidade e tipologia de resíduo que recolhe e fixação de forma a prevenir eventual queda para espelho de água

- Estacionamento viaturas: Indicar tipo de contentor existente, quantidade e tipologia de resíduo que recolhe e fixação de forma a prevenir eventual queda para espelho de água

|  |
| --- |
|  |

Figura – Esquema com Localização dos equipamentos existentes de recolha de resíduos por tipologia

*Os diferentes tipos de resíduos já se encontram previamente acondicionados antes da descarga. O porto disponibiliza equipamento para deposição de acordo com a respetiva tipologia:*

- Resíduos sólidos urbanos não perigosos: plásticos, vidros, metais, papéis e trapos e restos de comida gerados a bordo. (indicar características do equipamento disponível)

- Resíduos operacionais contendo substâncias não perigosas

- Resíduos perigosos: resíduos de hidrocarbonetos, baterias, cinzas de incineradores e resíduos operacionais contendo substâncias perigosas, resíduos Restos de Cozinha e de Mesa (RCM)[[6]](#footnote-6) provenientes de transportes internacionais, etc. (indicar características do equipamento disponível)

- Redes, cabos e fios sintéticos. (indicar características do equipamento disponível)

- Materiais ferrosos. (indicar características do equipamento a disponibilizar)

- Águas residuais. (indicar características do recipiente a disponibilizar e equipamento de extração se existente)

- Resíduos pescados passivamente (caso se aplique[[7]](#footnote-7)) (indicar características do equipamento disponível).

- Artes de Pesca em fim de vida (caso se aplique) indicar características do equipamento disponível).

Tabela – Tipologia e quantidades de resíduos recebidos anualmente no cais incluindo identificação de tipo de contentor disponibilizado.[[8]](#footnote-8)

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tipo de resíduo[[9]](#footnote-9) | Descrição | Código LER | Quantidades estimadas /ano (ton) | Tipo contentor | Unidades/  capacidade | Destino final/entidade | Proprietário do contentor |
| Águas oleosas9 | Águas contaminadas com óleo | 130508 |  | Tanque plástico |  |  |  |
| Óleos lubrificantes usados9 | Óleos de motor, hidráulicos e de engrenagem |  |  | Tanque | XXX L |  |  |
| Filtros de Óleo9 | Filtros de motor e de combustível |  |  |  |  |  |  |
| Resíduos de derrames | Panos, absorventes contaminados com óleo |  |  |  |  |  |  |
| Materiais ferrosos |  |  |  | Contentor |  |  |  |
| Efluentes Domésticos | Águas residuais |  |  |  |  |  |  |
| Materiais de Pesca (redes, cabos) | Redes, linhas, cabos de pesca |  |  | Contentor Plástico |  |  |  |
| Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) | Resíduos indiferenciados |  |  |  | 3\*\_\_L |  | CM\_ |
| Papel/Cartão |  |  |  |  | 3\*\_\_L |  | CM\_ |
| Plástico/Embalagens |  |  |  |  | 3\*\_\_L |  | CM\_ |
| Vidro |  |  |  |  | 1\*\_\_L |  | CM\_ |
| Resíduos Orgânicos | Restos de alimentos |  |  |  |  |  |  |
| Resíduos elétricos/eletrónicos | Pequenos eletrodomésticos e equipamentos eletrónicos |  |  |  |  |  |  |
| Pilhas e baterias usadas | Baterias de chumbo, pilhas e acumuladores (niquel,Cadmio, litio) |  |  |  |  |  |  |
| Tintas, vernizes e solventes | Resíduos de manutenção e reparação |  |  |  |  |  |  |
| Plásticos e embalagens contaminadas | Embalagens de plástico contaminadas |  |  |  |  |  |  |
| Produtos quimicos | Aditivos e lubrificantes |  |  |  |  |  |  |
| Equipamento | pirotécnicos de sinalização e extintores |  |  |  |  |  |  |
| Resíduos de segurança e salvamento | Coletes e bóias (espuma, fibras) |  |  |  |  |  |  |
| Resíduos pescados passivamente | Resíduos recolhidos exclusivamente nas redes de pesca |  |  |  |  |  |  |
| Poliestireno |  |  |  |  |  |  |  |
| Cordas e cabos | Materiais náuticos danificados |  |  |  |  |  |  |
| Resíduos biológicos | Restos de peixe e subprodutos |  |  |  |  |  |  |
| (…) |  |  |  |  |  |  |  |

# **6. Procedimentos operacionais e gestão de resíduos**

### 6.1 - Procedimento de entrega de resíduos e notificação prévia de resíduos

- (Nome e cargo) é o responsável por desencadear o processo junto dos operadores licenciados, acompanhamento de operações de entrega de resíduos e caso se aplique a análise e aprovação da notificação prévia (anexo III)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome (cargo) | Contacto telefónico: |
|  |  |

Os resíduos deverão estar pré acondicionados por tipologia de resíduo antes da entrega no cais e os operadores das embarcações exercer uma gestão sustentável e respeitadora do ambiente conforme alínea b) do número 7 do artigo 23º do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro.

- Aos navios com arqueação bruta igual ou superior a 300 GT aplica-se a obrigatoriedade de entrega de comunicação prévia de resíduos à autoridade portuária ou entidade gestora do porto (preenchimento do modelo anexo III do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro). O operador de transporte marítimo de navio deve submeter eletronicamente à autoridade portuária ou entidade gestora do porto com antecedência indicada no nº 2 do artigo 11º do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro.

Para receção dos resíduos produzidos a bordo das embarcações e desembarcados no cais são disponibilizados meios para receção indicados na Tabela 1 e localizados conforme indicado na Figura 3.

É contactada a empresa certificada para efetuar a recolha e valorização para os resíduos perigosos. Para as tipologias RSU (…)[[10]](#footnote-10)

### 6.3 Triagem, pré-tratamento e armazenamento temporário

Descrição detalhada para cada tipologia (Tabela 2)

### 6.4 Resíduos pescados passivamente e artes de pesca em fim de vida / unidades de densificação, ou equivalente, disponíveis no porto (aplicável a portos com atividade de pesca)

Indicar se existe atividade piscatória e se se aplica[[11]](#footnote-11)

### 6.5 Procedimento de recolha de resíduos em coluna de água por queda acidental

Em plano e coluna de água identificar o procedimento em caso de queda acidental e meios utilizados

### 6.6 Destino final dos resíduos

Os resíduos de acordo com a sua tipologia são desembarcados e acondicionados nos meios adequados existentes no porto, sendo depois recolhidos, ou encaminhados, para operador de gestão de resíduos devidamente licenciado que os quantifica e emite a respetiva guia e-GAR.

Os operadores de gestão de resíduos são:

* RSU indiferenciados: – CM\_\_\_
* RSU diferenciados: – CM\_\_\_
* Óleos usados e outros resíduos de hidrocarbonetos ou contaminados com hidrocarbonetos: XXX
* águas sujas: XX
* Materiais ferrosos: XX
* Redes, cabos e fios sintéticos XX
* XX
* XX
* (….)

### 6.7 Insuficiências de meios portuários

De acordo com o artigo 8º do Decreto-Lei 102/2020, de 9 de dezembro, no caso de se verificarem insuficiências dos meios portuários de receção devem os responsáveis pelas embarcações preencher o anexo I do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro - Modelo de declaração de insuficiências nos meios portuários de receção - que se encontra em anexo ao presente PRGR (Anexo I).

A autoridade portuária, ou a entidade gestora do porto, enviam à DGRM, no prazo de 30 dias, uma proposta de medidas a implementar, ou já implementadas, para retificação da insuficiência detetada nos meios portuários ou justificação quanto à não pertinência da declaração apresentada

A DGRM analisa e investiga as declarações de alegadas insuficiências dos meios de receção de resíduos e impõe medidas de retificação à autoridade portuária, ou à entidade gestora do porto, sempre que necessário.

# **7. Regime de taxas**

### 7.1 Taxas e local de consulta.

Descrever e indicar o local de consulta e indicar o regime de taxas aplicadas (direta/indireta)

# **8. Plano de monitorização** **da bacia portuária (Anexo A)**

As bacias portuárias são uma fonte de contaminação do meio marinho, em resultado da acumulação de resíduos gerados pelas atividades económicas que se desenvolvem nas áreas de jurisdição dos portos onde estão incluídas, como seja a atividade piscatória, o transporte marítimo (comercial, turismo e recreio), e restantes atividades associadas à restauração, comércio e outras.

Como medida de combate ao lixo marinho, o Decreto-Lei n.º 102/2020, de 9 de dezembro, prevê que as autoridades portuárias (AP), ou entidades gestoras de portos (EGP), sejam responsáveis pela recolha e gestão dos resíduos existentes nas bacias portuárias da respetiva área de jurisdição. Conforme indicado no nº 2 do artigo 6º do mesmo Decreto-Lei, a AP ou a EGP, são igualmente responsáveis pela recolha e gestão dos resíduos existentes dentro da respetiva área de jurisdição, incluindo o plano e a coluna de água e o leito marinho. Ainda no âmbito do Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro, a AP ou EGP deverá elaborar um plano de monitorização do estado ambiental da bacia portuária e respetiva recolha de dados dos seus indicadores.

O Plano para o porto XXXX e a respetiva calendarização das ações apresentam-se no ANEXO A do presente documento.

Preencher/adaptar o Anexo A

O Plano de monitorização da bacia portuária que se encontra em anexo é parte integrante do presente documento.

# **9. Formação e sensibilização**

A recolha dos resíduos e a correta deposição nas infraestruturas adequadas para a sua receção promove a melhoria das condições ambientais da nossa zona costeira e na preservação dos ecossistemas marinhos portugueses.

A empresa promove anualmente formação[[12]](#footnote-12) em matéria de gestão de resíduos a bordo das embarcações e sensibilização dos utilizadores do porto para a importância da adoção ou manutenção de boas práticas ambientais.

Será ainda divulgada a existência do presente PRGR aos trabalhadores da empresa e utilizadores do porto, assim como indicação do responsável pela sua implementação e acompanhamento. (indicar a metodologia de divulgação)

# **10. Disponibilização de informação**

Será disponibilizado no endereço Web do porto/marina o presente Plano de Receção e Gestão de Resíduos (PRGR)

A informação constante no presente documento, será ainda disponibilizada aos utilizadores do porto – (indicar o local), de forma facilmente acessível na língua portuguesa e língua inglesa:

a) Breve referência à importância fundamental da entrega dos resíduos provenientes de navios e de artes de pesca em fim de vida nos meios portuários de receção disponíveis para o efeito

b) Localização dos meios portuários de receção para cada tipologia de resíduo, correspondentes a cada cais por meio de diagramas/mapas e, se apropriado, o período de funcionamento

c) Lista das tipologias de resíduos habitualmente geridas pelo porto;

d) Lista das pessoas a contactar, dos operadores dos meios portuários de receção e dos serviços disponíveis

e) Descrição dos procedimentos para entrega dos resíduos provenientes de navios e de artes de pesca em fim de vida;

f) Descrição do regime de taxas, incluindo os fundos e sistemas de gestão de resíduos de acordo com o anexo VI, se aplicável

g) Procedimento para comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção de resíduos

# **11. Documentação e rastreabilidade (registos)**

11.7.1. Registo de recolha de resíduos (MARPOL)

O porto tem a base de dados (em formato Excel ou outra), onde se podem consultar todos os registos de resíduos recolhidos no porto, quanto à sua tipologias/quantidades/recolha/ destino final e outras. A informação deverá estar atualizada e a qualquer momento ser disponibilizada para fiscalização das entidades.

11.7.2. Registo de resíduos pescados passivamente e envio de dados à DGRM

Local de consulta e informação dos dados indicados em 6.4

11.7.3. Registo de ações de acordo com o Plano de Monitorização da Bacia Portuária

Local de consulta e informação das ações indicadas no Plano de Monitorização da Bacia Portuária (Anexo A)

11.7.3. Registo das ações de formação e campanhas

ver ponto 9 do presente documento

# **12. Ações de fiscalização / entidades competentes**

A AP ou EGP tem programada/ não tem programada (riscar o que não aplica) a realização de ações de fiscalização junto das embarcações que utilizam as infraestruturas portuárias.

|  |  |
| --- | --- |
| Autoridade Portuária /Entidade Gestora do Porto) | Objetivo de ações a realizar (número) |
| (nome ) | (quantidade) |
|  |  |

A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos DGRM poderá realizar ações de verificação junto das autoridades portuárias e das entidades gestoras dos portos com ou sem notificação prévia.

# **ANEXO A (Plano de Monitorização da Bacia Portuária)**

**Plano de Monitorização da Bacia Portuária**

Portos comerciais, portos de pesca, marinas e portos de recreio

**(Nome do Porto)**

O presente Plano de ação prevê medidas para avaliação do estado da bacia portuária e medidas periódicas de limpeza das mesmas. Inclui o registo das campanhas de monitorização realizadas na bacia portuária e das campanhas de limpeza, com registo das tipologias e quantidades de resíduos recolhidos. O plano de monitorização do Porto de XXXXX inclui as seguintes ações:

Apresenta-se o quadro das ações:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ação**  **Monitorizar as bacias portuárias sem lixo** | **Meios a utilizar** | **Periodicidade em condições de normal funcionamento dos portos** | **Periodicidade em condições adversas** | **Aspetos a observar** |
| Inspeções visuais do plano de água\* | X XXX | Semestral  (mês 1 / mês 2) | Após condições adversas (X = data) (Y dias após)  Data = X+Y | Lixo sobrenadante |
| Inspeções da coluna de água e fundo marinho\* | X XXX | Semestral  ( mês 1/Mês 2) | Sem influência direta | Lixo depositado no fundo  Detritos na coluna de água |
| Operações de limpeza\* | X XXX | Anual ou semestral (indicar mês) | limpeza no espelho de água quando necessário | Separação dos resíduos, sempre que viável |
|  |  |  |  |  |

*\* O plano de monitorização e que deverá contemplar, pelo menos, uma inspeção visual por semestre e uma inspeção da coluna de água e fundo marinho anual.*

Encontram-se previsto um total de XXXX (número) campanhas por ano para o porto XXXX.

Os registos das ações, tipologia e quantidades recolhidas encontram-se em local XXX para consulta (consultar 11.7.3. do presente documento).

**Anexos**

*(Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro)*

# ANEXO I - Modelo de declaração de insuficiências nos meios portuários de receção

**ANEXO I**

(a que se refere o nº2 do artigo 8º)

***Modelo de declaração de insuficiências nos meios portuários de receção***

Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro

As declarações de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção de resíduos são comunicadas pelos operadores de transporte marítimo, através do envio da informação abaixo, juntamente com quaisquer documentos comprovativos da mesma, ao seu Estado de bandeira e à autoridade portuária, ou à entidade gestora do porto. O Estado de bandeira do navio declarante informa a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), enquanto Estado do porto, da alegada insuficiência detetada nos meios portuários de receção de resíduos. A DGRM informa a OMI e o Estado de bandeira do navio declarante, do resultado das investigações e das medidas de retificação implementadas.

1 Dados do navio

1.1 Nome do navio: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1.2 Proprietário ou operador: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1.3 Distintivo do navio em algarismos ou letras: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1.4 Número OMI1[[13]](#footnote-13): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1.5 Tonelagem bruta: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1.6 Porto de registo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1.7 Estado de pavilhão2[[14]](#footnote-14): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1.8: Tipo de navio:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| □ Petroleiro | □ Navio-tanque de transporte | □ Graneleiro de produtos químicos |
| □ Outro navio de carga | □ Navio de passageiros | □ Outro (especificar)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

2 Dados do porto

2.1 País: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.2 Nome do porto ou área: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.3 Localização/ Nome do terminal: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(e.g. local de ancoragem, terminal, cais).

2.4 Nome da entidade que opera a instalação de receção de resíduos (se aplicável): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.5 Tipo de operação portuária:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| □ Porto de descarga | □ Porto de carga | □ Estaleiro |
| □ Outro (especificar)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | |

2.6 Data de chegada \_\_/\_\_/\_\_\_\_ (dd/mm/yyyy)

2.7 Data da ocorrência: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ (dd/mm/yyyy)

2.8 Data de partida: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ (dd/mm/yyyy)

3. Insuficiência da instalação

3.1 Tipo e quantidade de resíduo para a qual a instalação portuária de receção foi insuficiente e natureza dos problemas encontrados

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Tipo de resíduo | Quantidade a descarregar (m3) | Quantidade não aceite (m3) | Problemas encontrados:  Indicar os problemas encontrados usando, um ou mais, dos seguintes códigos de letras apropriados:  **a.** Instalação não disponível  **b.** Atraso indevido  **c**.Utilização da instalação, tecnicamente, não possível  **d.** Localização inconveniente  **e.** O navio tinha de mudar de local de ancoragem, o que envolvia atrasos/ custos  **f.** Custo excessivo pela utilização das instalações  **g.** Outros (especificar no parágrafo 3.2) |
| Tipo de resíduo | Quantidade a descarregar (m3) | Quantidade não aceite (m3) | Problemas encontrados:  (a;b;c;d;e;f;g)  (cont.) |
| **Anexo I da MARPOL** –  Tipo de resíduo oleoso |  |  |  |
| Águas oleosas de porão: |  |  |  |
| Resíduos oleosos (lamas): |  |  |  |
| Águas oleosas de lavagem de tanques (slops): |  |  |  |
| Águas de lastro sujas: |  |  |  |
| Lamas de limpeza de tanques: |  |  |  |
| Outros (especificar |  |  |  |
| Anexo II da MARPOL - Categorias de misturas líquidas aquosas nocivas a granel (NLS)[[15]](#footnote-15) |  |  |  |
| Substância de categoria X |  |  |  |
| Substância de categoria Y |  |  |  |
| Substância de categoria Z |  |  |  |
| Anexo IV da MARPOL Esgotos |  |  |  |
| A. Plásticos |  |  |  |
| B. Restos de alimentos |  |  |  |
| C. Resíduos domésticos |  |  |  |
| D. Óleos de cozinha |  |  |  |
| E. Cinzas de incineração |  |  |  |
| F. Resíduos operacionais |  |  |  |
| G. Carcaças de animais |  |  |  |
| H. Artes de pesca |  |  |  |
| Tipo de resíduo | Quantidade a descarregar (m3) | Quantidade não aceite (m3) | Problemas encontrados:  (a;b;c;d;e;f;g)  (cont.) |
| I. Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos |  |  |  |
| J. Resíduos de carga (prejudiciais para o ambiente marinho - HME)[[16]](#footnote-16) |  |  |  |
| K. Resíduos de carga (não HME)4 |  |  |  |
| Anexo VI da MARPOL |  |  |  |
| Substâncias que empobrecem a camada de ozono e equipamentos que contenham essas substâncias |  |  |  |
| Resíduos de tratamento de efluentes gasosos |  |  |  |

3.2 Informação adicional relativa aos problemas identificados na tabela acima

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.3 Discutiram os problemas encontrados ou comunicaram-nos à instalação de receção de resíduos?

|  |  |
| --- | --- |
| □ Sim | □ Não |

Se sim, com quem? (especificar)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Se sim, qual a resposta da instalação de receção de resíduos?

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.4 Foi submetida a notificação prévia (de acordo com as exigências do porto), com as necessidades do navio em termos de instalações de receção?

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| □ Sim | □ Não | □ Não aplicável |

Se sim, receberam confirmação quanto à disponibilidade de meios de receção à chegada

|  |  |
| --- | --- |
| □ Sim | □ Não |

4. Comentários adicionais

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do operador de transporte marítimo

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ (dd/mm/aaaa)

ANEXO III - Informações a notificar antes da entrada no porto

**ANEXO III**

***Informações a notificar antes da entrada no porto***

Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro

[a que se referem os n.os 1 e 3 do artigo 11.º, a alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º, a alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º e a alínea d) do n.º 5 do artigo 23.º]

*Notificação da Entrega de Resíduos a: [indicar o nome do porto de escala a que se refere o artigo 11.º do presente decreto-lei]*

*Este documento deve ser mantido a bordo do navio juntamente com o Livro de Registo de Óleos, o Livro de Registo de Carga, o Livro de Registo de Resíduos ou o Plano de Gestão do Resíduos, conforme adequado, conforme exigido pela Convenção MARPOL.*

*Uma imagem com texto, captura de ecrã, Tipo de letra, número

Descrição gerada automaticamente*

*Uma imagem com texto, captura de ecrã, Tipo de letra, recibo

Descrição gerada automaticamente*

*Uma imagem com texto, captura de ecrã, número, Tipo de letra

Descrição gerada automaticamente*

*Uma imagem com texto, recibo, número, preto e branco

Descrição gerada automaticamente*

*Uma imagem com texto, Tipo de letra, branco, file

Descrição gerada automaticamente*

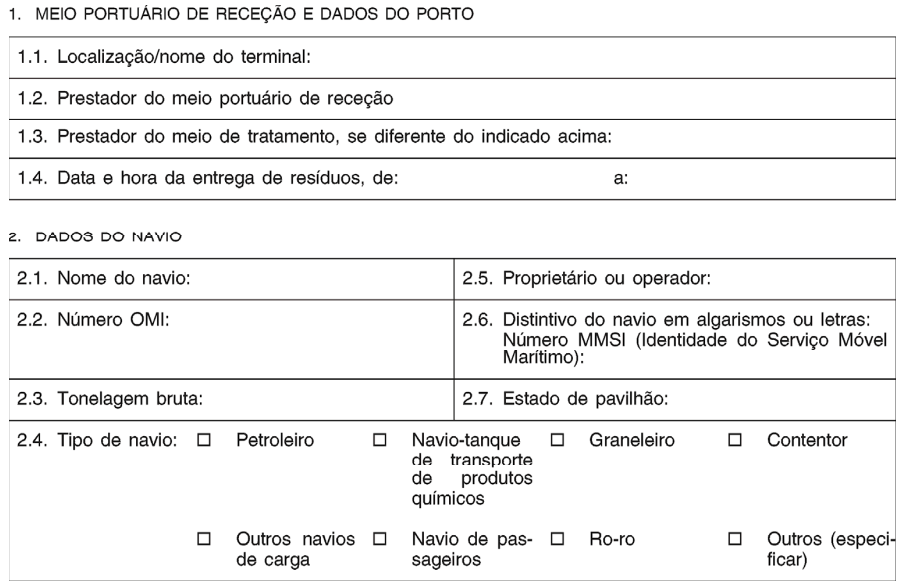
# ANEXO IV - Modelo do certificado de receção de resíduos

**ANEXO IV**

ANEXO IV [a que se referem os n.os 2 e 8 do artigo 12.º, a alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º e a alínea c) do n.º 2 do artigo 17.º

*A autoridade portuária, ou a entidade gestora do porto, ou o respetivo operador de gestão de resíduos deve apresentar ao operador de transporte marítimo do navio que proceda à entrega de resíduos, o certificado de receção de resíduos, nos termos do artigo 12.º do presente decreto-lei.*

*Este documento deve ser mantido a bordo do navio juntamente com o Livro de Registo de Óleos, o Livro de Registo de Carga, o Livro de Registo de Resíduos ou o Plano de Gestão do Resíduos, conforme adequado, conforme exigido pela Convenção MARPOL.*

**

Uma imagem com texto, documento, captura de ecrã, Tipo de letra

Descrição gerada automaticamente

1. Preencher com o ano de entrega PRGR e atualizar a legislação em vigor [↑](#footnote-ref-1)
2. Inserir outra legislação aplicável [↑](#footnote-ref-2)
3. Riscar as atividades que não se aplicam e completar de acordo com as atividades praticadas no porto. [↑](#footnote-ref-3)
4. [↑](#footnote-ref-4)
5. Adaptar texto de acordo com a realidade de cada porto [↑](#footnote-ref-5)
6. Conforme regulamento (CE) 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho 21 de outubro de 2009, os restos de cozinha e mesa (RCM), provenientes de meios de transporte que efetuem transportes Internacionais são considerados subprodutos animais (SPA) (categoria 1). [↑](#footnote-ref-6)
7. Aplica-se a portos com embarcações destinadas a atividade de pesca. Os resíduos pescados passivamente por navios de pesca (…) são entregues num meio portuário num primeiro porto de escala (alínea 2 do artigo nº4 do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro). [↑](#footnote-ref-7)
8. preencher no quadro com as estimativas de quantidades anuais e indicar o tipo de contentor disponibilizado para cada tipologia com base em registos de anos anteriores [↑](#footnote-ref-8)
9. Os meios disponíveis para receção de resíduos perigosos terão de incluir cobertura e bacia de retenção [↑](#footnote-ref-9)
10. Deve descrever os procedimentos na entrega e receção de resíduos no cais para cada tipologia [↑](#footnote-ref-10)
11. Os resíduos pescados passivamente (recolhidos nas redes de pesca) e resíduos resultantes de artes de pesca em fim de vida deverão ser acondicionados em recipiente dedicado a esta tipologia, registados e quantificados para posterior encaminhamento para circuitos de valorização conforme alínea b) do art 7º do Decreto-Lei 102/2020 de 9 dezembro. O registo de quantidades entregues em cada porto será comunicado anualmente até 30 março à DGRM. De acordo com alínea a) do número 1 do artigo 7º do Decreto-Lei 102/2020 de 9 de dezembro e em portos de pesca, deve a entidade gestora garantir a existência de unidades de densificação para recolha e gestão de poliestireno expandido, caso se verifique manuseamento/utilização deste material associado à atividade piscatória e respetivo encaminhamento destes resíduos para circuitos de valorização. [↑](#footnote-ref-11)
12. Indicar as ações previstas de formação e respetiva calendarização [↑](#footnote-ref-12)
13. De acordo com o número de identificação de navio da OMI, adotado pela Organização pela resolução A.1117 (30) da Assembleia. [↑](#footnote-ref-13)
14. O nome do Estado cuja bandeira o navio está autorizado a arvorar [↑](#footnote-ref-14)
15. Indicar, no parágrafo 3.2, o nome de expedição adequado do NLS envolvido e se a substância é designada como "solidificante" ou "alta viscosidade", conforme os parágrafos 15.1 e 17.1 da regra 1 do anexo II da MARPOL, respetivamente. [↑](#footnote-ref-15)
16. Indicar o nome de expedição adequado da carga seca [↑](#footnote-ref-16)